

## **COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO**

### **PROJETO DE LEI Nº 273, DE 2003**

Altera a Lei nº 9615, de 24 de março de 1998.

**AUTOR:** Deputado TADEU FILIPELLI

**RELATOR:** Deputado GILMAR MACHADO

#### **I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Tadeu Filipelli visa destinar prêmios não reivindicados para o apoio ao desporto das pessoas portadoras de deficiência física e ao futebol não profissional, e separar recursos do desporto escolar e universitário daqueles destinados pela Lei Agnelo-Piva, ao Comitê Olímpico Brasileiro - COB.

A tramitação dá-se conforme o art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

É conclusiva a apreciação por parte desta Comissão de Turismo e Desporto.

Cumpridos os procedimentos e esgotados os prazos regimentais, não foram recebidas emendas ao Projeto.

É o relatório.

## **I - PARECER**

A proposição tem objetivo meritório. Cumpre-nos, entretanto, observar que a destinação de recursos para o esporte de pessoas portadoras de deficiência foi em parte supridas pela Lei Agnelo-Piva, que destina 15% dos recursos referidos pelo Art. 56, VI da Lei Pelé (2% da arrecadação bruta de concurso de prognósticos e loterias federais), algo em torno de R\$ 7 milhões/ano, para o Comitê Paraolímpico Brasileiro.

Por outro lado, os recursos dos prêmios não reclamados são direcionados ao Crédito Educativo, nos termos do Art. 2º da Lei 10.260, de 2001, o que significa dizer que, se aprovarmos o Projeto, estaremos necessariamente optando por retirar esses recursos do FIES.

No que toca as alterações que visam carrear recursos para os desportos escolar e universitário, cumpre esclarecer que a Lei Agnelo/Piva, prudentemente já subvinculou (art. 56, § 2º) 10% dos recursos ao desporto escolar e 5% ao desporto universitário. Estes recursos têm a aplicação fiscalizada pelo Tribunal de Contas da União - TCU. No Substitutivo ao PL 4.874, de 2001, que institui o Estatuto do Desporto, o qual tive oportunidade de Relatar, acrescentamos dispositivo que prevê o exercício do controle social através de conselhos constituídos por representantes de atletas e da sociedade, mecanismo que entendemos seja o mais adequado para o controle dos recursos destinados ao esporte.

Isto posto, ressaltando as nobres intenções do autor, votamos contrariamente ao Projeto de Lei nº 273, de 2003.

Sala das Comissões, em                      de                      de 2003.

**Deputado GILMAR MACHADO**

**Relator**